

Vigília - Pela não Promulgação da Lei do OE para 2013

As APM's - Associações Profissionais de Militares, cumpriram o mandato que os Militares presentes na manifestação de dia 10 de novembro lhes conferiram, levaram a cabo no passado dia 27 de novembro o que foi decidido e votado por unanimidade e aclamação: presença nas galerias da Assembleia da República para assistir à votação final da proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2013, entrega de ofício na Provedoria de Justiça e no Tribunal Constitucional e por fim, uma vigília junto ao palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

A AP fez-se representar nas galerias da Assembleia da República, com uma delegação dos seus Corpos Sociais e quiseram desta forma demonstrar que este não é nem pode ser o OE que dê garantias à família militar e aos portugueses de um futuro melhor.

Como era de esperar, o OE para 2013 foi aprovado com os votos da maioria PSD-CDS. Mas isso não menoriza a luta que as Praças das Forças Armadas travam e continuarão a travar para a defesa dos direitos desta Classe.

Depois de terminada a iniciativa na Assembleia da República, o Presidente da Direção da AP conjuntamente com o Presidente da Associação Nacional de Sargentos e da Associação de Oficiais das Forças Armadas, deslocaram-se ao Tribunal Constitucional e ao Provedor de Justiça para entregarem um ofício a informar estas entidades que as medidas aplicadas tanto em 2012 como as que constam no OE para 2013 revestem-se de um grande défice de equidade no tratamento que é dado aos servidores do Estado e aos outros trabalhadores em relação àqueles que, sendo responsáveis pela situação a que o País chegou, não estão a ser convocados para dar o seu contributo para que Portugal saia da crise em que se encontra.

consagrado legalmente e assumido em Juramento de Honra, terem que fazer mais sacrifícios do que outros seus concidadãos, pondo em causa todos os equilíbrios familiares indispensáveis ao exercício do singular papel que desempenham na sociedade?»

Os Presidentes das APM's solicitaram ao Chefe do Gabinete do Exmo. Senhor Provedor de Justiça que se dignasse determinar a ação necessária para que o Tribunal Constitucional verifique a constitucionalidade dos normativos correlacionados, na proposta de OE para 2013.

Ao Tribunal Constitucional, os Presidentes das APM's alertaram para as diversas vozes de eméritos constitucionalistas que têm vindo a considerar a inconstitucionalidade de várias normas inscritas no OE para 2013, o que poderá tornar indispensável a sua avaliação por aquele tribunal.

Ao fim da tarde, e conforme mandatado na manifestação de dia 10, as APM's reuniram os seus Associados numa vigília em frente à residência do Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas.

Estiveram presentes mais de 200 militares que de forma ordeira, não poderia ser de outra maneira, fizeram ouvir o seu descontentamento perante o seu Chefe Supremo.

Durante a vigília os Presidentes das APM's fizeram a entrega de um documento na casa militar do Presidente da República a solicitar a Sua Exa. o Presidente da República que não promulgue a Lei do OE para 2013 e se dignasse determinar a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional.

Claro está que a luta das Praças das Forças Armadas não terminou aqui!

Este é um caminho que é longo e tortuoso.

Foi questionado a ambas as entidades que receberam o ofício o seguinte:

"É bom ter presente que as «Bases gerais do estatuto da condição militar», consagradas na Lei nº 11/89, de 1 de Junho, impõe aos militares um leque vastíssimo de restrições e deveres, sem paralelo com o exigido aos restantes cidadãos, que devia ter como contrapartida especiais direitos em áreas específicas, nomeadamente no que diz respeito à segurança social, à assistência na doença, às carreiras e às remunerações. Será que, não bastando a degradação que se vem comprovadamente verificando em todos esses direitos, os militares terão como contrapartida ao dever de dar a vida pela Pátria, como

Não pensemos que depois de aprovado o OE para 2013, *não há volta a dar*. Há sempre!

Não podemos permitir que estas decisões, legais embora contraditórias com a nossa condição de Militares, nos deitem abaixo.

Estando sempre na primeira fila na defesa dos direitos das Praças das Forças Armadas!

Viva Portugal!

Vivam as Praças das Forças Armadas!

